

A construção discursiva dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* sobre a epidemia de meningite em 1974¹

SCHNEIDER, Catarina²

Fiocruz, Rio de Janeiro

MUSSE, Christina Ferraz³

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

Resumo

Este trabalho é um recorte da dissertação de Mestrado que analisa o discurso dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* sobre a epidemia de meningite na época da ditadura (1971-1975). Neste artigo iremos analisar como a mídia - representada, aqui, por esses dois jornais - contruiu o discurso sobre a meningite em 1974, ápice da epidemia da doença no país. Observamos que a imprensa desempenhou papel fundamental para a “descoberta” da doença e também da disseminação de informação para a sociedade. Interessante perceber que, mesmo numa ditadura, os jornais se constróem no papel de denunciar o governo pelo silenciamento sobre a doença, além de se apresentar como portadores dessas informações. Utilizamos a Análise de Discurso francesa para entender a construção discursiva dos impressos analisados.

Palavras-chave

Imprensa; Ditadura; Epidemia; Memória; Narrativa

1. A MEMÓRIA CONSTRUÍDA PELA MÍDIA

A memória parece dar sentido à humanidade numa época em que tudo é rápido, mutável e fugaz, como na era do capitalismo. Ela parece ser aquilo que nos fixa num mundo em que as coisas estão passando rapidamente. Apesar de sempre ter sido vista e analisada como algo que mistura o ficcional e a realidade, a memória passou a ser estudada, considerada e observada como verdade e como um valor, pois é tida como uma narrativa de reconstrução, ou seja, cada vez que repensa, reconstrói de uma forma diferente, com alguns pensamentos lembrados e outros esquecidos.

A mídia, especificamente o jornalismo, de uma forma geral, trabalha com uma espécie de agendamento da lembrança e do esquecimento no cotidiano, enquadrando os acontecimentos a partir de regras que guiam o seu “ethos profissional”, pois acredita saber o

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutoranda em Comunicação e Saúde na Fiocruz/ Rio de Janeiro (PPGICS/ Fiocruz)

³ Profª Drª do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Orientadora do trabalho.

que se pretende ser visto e lembrado por seu público. Dessa forma, relega o que não ocorreu, ou o que apenas pretende que se acredite que não aconteceu e acaba por atuar como construtora e norteadora das crenças e percepções do cotidiano na sociedade.

Ao falar de epidemias fica indispensável tocar na memória que este conceito carrega. As epidemias sempre existiram na humanidade e até hoje causam impacto na sociedade. O próprio termo “epidemia” carrega em si um sentido de alerta, descontrole e medo que foi construído ao longo do tempo e reverbera até os momentos atuais. Além disso, já que o tema estudado se passa num marco da história brasileira - a ditadura - é importante observar como a memória atua nestes eventos maiores que englobam a história de um país e como ela (re)constrói os acontecimentos.

O jornalismo narra os acontecimentos e convoca uma espécie de memória do público que foi construída pelo enquadramento dos fatos contados pelos meios de comunicação. A imprensa age seletivamente sobre os fatos e acontecimentos, operando enquadramentos, esquecimentos, silenciamentos e, assim, construindo uma narrativa sobre a realidade.

Segundo Marialva Barbosa (2004), os jornalistas se constituem verdadeiros “senhores da memória” da sociedade, pois eles realizam seu trabalho, lembrando e esquecendo de fatos, selecionando a memória e o esquecimento. “A ideia central é que a ação do jornalista é, sobretudo, de natureza memorialística, já que a memória é uma operação do presente e conformadora da própria identidade” (BARBOSA, 2004, p.1).

Assim, é possível fazer uma relação entre imprensa e poder a partir da memória, já que os jornalistas são atores sociais que têm a capacidade legitimada do saber e de transmitir conhecimentos para seu público, a partir de um discurso autorizado, em que os meios de comunicação se tornam portadores e detentores desse conhecimento. “Ao selecionar o fato e transformá-lo em acontecimento, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder” (BARBOSA, 2004, p. 4).

Segundo Marialva Barbosa (2004), falar de memória é se referir a alguns problemas fundamentais, entre eles o de observar que a memória é sempre uma ação do presente, pois nessa ação estão envolvidas escolhas, o que enseja a questão do poder. “Apropriação seletiva do passado, a memória coloca em destaque, em seu caráter plural, também a noção de agentes de memórias, pluralidade de funções e significações. A memória é uma

construção e não um dado” (BARBOSA, 2004, p.5). Constituída por tensões, a memória é um processo social e seletivo.

De acordo com Rêgo (2012), a narrativa jornalística e a história se distanciam pelos objetos de cada área e também há diferenças entre os seus discursos que acarretam o uso de temporalidades distintas, já que, geralmente, o jornalismo fala do presente sobre o presente, enquanto a história fala sobre o passado. Porém, a autora ressalta, que as duas disciplinas se aproximam pela vontade de verdade que carregam em si, tal como a objetividade e imparcialidade. “As notícias não são histórias, pois estas tratam de eventos isolados e a história não apenas descreve os eventos, mas procura colocá-los em seus devidos lugares numa sucessão de fatos históricos” (PARK, 1995, apud Rêgo, 2012, p. 23).

Portanto, a memória se reatualiza sempre a partir de um presente, ou seja, ela não é estável e, portanto, não deve ser encarada como algo que se evoca a partir de um ponto comum, pois ela se constitui por confrontos (DIAS, 2014), ou seja, ela é formada pelo confronto do que realmente aconteceu e de como o acontecimento é lembrado. Nora (1993) acredita que se vive hoje uma oscilação tão grande da percepção do tempo que “temos a impressão de viver um presente contínuo que torna o passado praticamente morto. Assim, fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 18). Isso se dá, em parte, pois no mundo que vivemos há uma constante massificação e mediatização.

Dessa forma, é neste panorama que o autor afirma que surgem “lugares de memória”⁴, onde as lembranças se cristalizam. Para ele, “há locais de memória porque não há mais meios de memória, pois o momento que a sociedade vive é de articulação, onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada” (NORA, 1993, p. 13). Para ele, os lugares de memória são, antes de tudo, restos. Esses lugares nascem e vivem de sentimentos de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, museus, aniversários, datas especiais no calendário, porque essas ações não são naturais.

Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13).

⁴ Para Nora (1993), “lugares de memória” são apresentados como lugares simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. os lugares de memória seriam constituídos em “um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva à sua sobredeterminação recíproca” – jogo que supõe um componente político: “vontade de memória”, “intenção de memória” (NORA, 1993, p. 22).

O autor explica que o lugar de memória é constituído por três sentidos que são simultâneos, porém em diferentes graus: material, simbólico e funcional. “Para que ocorra um lugar de memória é preciso, primeiramente, que se tenha vontade de memória, pois, segundo ele, se não houvesse essa vontade de memória, os lugares de memória seriam lugares de história” (NORA, 1993, p. 22). Para ele, é a memória que dita e a história que escreve.

A mídia, dessa forma, pode ser considerada um “lugar de memória”, pois ela recorda e registra fatos passados através de arquivos, pois a memória não está mais presente de forma autônoma, e, através da rememoração e dos usos do passado no presente, a mídia acaba por transmitir representações particulares sobre o passado e, desta forma, acaba por intervir na fabricação da opinião sobre determinado tema.

Rêgo (2012) considera o jornalismo como “lugar de memória”, pois o texto jornalístico continua, mesmo situado no passado e falando de um presente, influente na construção da memória coletiva e no imaginário de um povo e ainda constituinte de uma memória histórica. O jornalismo e a mídia em geral possuem influência no processo de consolidação da memória da sociedade, o que aumenta a responsabilidade dos profissionais em construir um discurso jornalístico que “possa se aproximar e refletir a realidade, como também, possibilitar reflexões sobre a mesma, de modo que não sejam construídas cortinas que não permitam visibilidade dos acontecimentos” (RÊGO, 2012, p. 15).

Para a memória, a repercussão do discurso jornalístico pode ser tanto positiva, quanto mais ética tiver sido a postura dos profissionais que o construíram, ou mais negativa quanto maior tiver sido a ausência de uma conduta socialmente responsável, como veremos adiante sobre o silenciamento de jornais na época da ditadura no Brasil. Assim, o jornalismo se apropria de um real já fragmentado e constrói uma visão, mesmo que parcial, capaz de ser confundida com o próprio real, já que no jornalismo o que é dito é vendido e, muitas vezes, “comprado” como verdade completa, pois os jornalistas se colocam como testemunhas do fato (BARBOSA, 2004).

No entanto, o que é feito é uma apropriação do real. Segundo Muniz Sodré (2012), o “jornalismo coloca em evidência alguns pontos para a sociedade e constrói uma nova realidade, assim, o leitor só consegue se ligar ao acontecimento, ou seja, o fato tratado jornalisticamente, e não ao fato em si” (SODRÉ, 2012, p. 28). Isso porque este vem da

relação com o empírico, com a percepção imediata e que pode guardar relação com o real ou não.

De acordo com Nora (1993), os meios de comunicação impõem uma ditadura do acontecimento, atribuindo ao presente uma dimensão histórica. Desse modo, em momentos de censura, de manipulação da mídia e, conseqüentemente, dos jornais, como ocorreu na ditadura em 1964 no Brasil, os discursos são direcionados e a memória é enquadrada, algumas vezes construída e deturpada, pois a informação é sinônimo de poder. Assim, apesar de muitas pessoas na época acreditarem numa verdade construída pelo governo e disseminada através dos meios de comunicação, que também, por vezes, acreditaram nessa realidade, num momento como esse vale recorrer a outros espaços para confrontar essa memória midiática.

Segundo Le Goff (1997), a censura termina por negar a história. Na censura, ao eliminar esse Outro, seja pela proibição ou interdição, ela termina a médio ou longo prazo por condenar aquela sociedade à ignorância absoluta do Outro, na medida em que os atores da cena histórica, muitas vezes não estão mais presentes para esclarecer o que ocorreu naquele passado.

A censura, assim, age no imediato enquanto uma condenação ao limbo - condenação provisória, porque não se detém o controle dos acontecimentos do porvir; mas a persistir, ela condena perpetuamente ao desaparecimento aquelas mesmas personagens e à ignorância os novos receptores que, sem ter documentos disponíveis, perdem a oportunidade de conhecê-los já então transformados eventualmente em documento, como ocorria normalmente, com o passar do tempo. (HOHLFELD, 2004, p. 47).

Aos jornalistas, portanto, cabe atualizar e dar sentido ao acontecimento fundador, ao mesmo tempo que informar o modo como a sociedade recupera e celebra o passado, produzindo novos acontecimentos. Esse registro terá duração de um dia, pois o que será dito amanhã pelos impressos, já é o novo, e não mais o que se passou. Assim, os jornalistas são atualizadores do passado, pois estão, a todo momento, trazendo novas informações para complementar ou renovar aquilo que foi dito anteriormente.

Isso pode ser visto em assuntos que geram polêmica, medo, tensão na sociedade, como é o caso das epidemias. Quando surge uma epidemia, os jornais, diariamente, trazem informações atualizadas da doença, muitas vezes ratificando o que foi dito e pronunciado anteriormente, renovando dados, conceitos, entre outras informações novas que forem surgindo no decorrer da investigação da doença.

Os jornalistas se deparam todo dia com a decisão de como contar o acontecimento que foram cobrir. Na condição de sujeito que olha o acontecido com a função de descrevê-lo (este é seu ofício) para alguém que, no dia seguinte, dirá: eu não vi, mas li no jornal e, por isso, sei o quê e como aconteceu, o jornalista está fazendo história. Está “cobrindo” o acontecimento com palavras, dando-lhe a forma do gênero jornalístico e produzindo a história do presente, a história de curta duração, que como salienta nossa epígrafe, deve ser complementada pelo trabalho do historiador. Ingressando no espírito do tempo em que o passado é revisitado, a imprensa não fica alheia e conta como presente, na condição de produtora da história de curta duração, também o que já passou, também o que é passado. (BERGER, 2004, p. 65).

Dessa forma, o passado ao retornar ao presente, através do jornalismo, é trabalho de memória, pois ele é responsável por lembranças e esquecimentos, lembrar aquilo que não nos é permitido esquecer, como é o caso da ditadura no Brasil, como lembrar para estar de acordo com as leis do mercado que lucra com o passado envolto em nostalgia, como é o caso da moda “retrô”, em que tudo que esteve no ápice mercadológico em outras décadas, como o vinil, volta para o mercado envolto numa certa nostalgia.

A memória é, portanto, uma construção e não um dado. Seletiva reconstrução do passado, baseada em ações e percepções, delinea, simboliza e classifica o mundo. Dessa forma, essas questões são importantes para a comunicação, não só porque a mídia trabalha cotidianamente relacionada com a memória, mas porque, ao selecionar o que deve ser dito, ao valorizar alguns elementos em detrimento de outros, os meios de comunicação reconstroem de maneira seletiva o presente, “construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido” (BARBOSA, 2004, p. 108). Os meios de comunicação selecionam o mundo a partir de critérios subjetivos, classificando-o para o seu público.

Assim, os meios de comunicação desorganizam os fatos, colocando-os lado a lado como se pertencessem à mesma realidade vivida, que, na verdade, é construída. Porém, dão ao público a impressão de que eles participam daquele mundo e que ele é ligado diretamente à realidade dos fatos. Jamais é colocado pelo jornalismo que o que ocorre é uma construção da realidade. Assim, a memória vem para dar equilíbrio aos acontecimentos que passam rapidamente. Onde o que é dito hoje, agora, já é passado no amanhã ou daqui a alguns minutos. Portanto, não é um lugar de tranquilidade, mas de constantes disputas.

2. O LUGAR DA IMPRESSA DURANTE A DITADURA

Segundo Juremir Silva (2014), o golpe foi midiático - civil - militar. “Sem o trabalho da imprensa não haveria legitimidade para derrubada de João Goulart” (2014, p.

32). Ele afirma que os grandes jornais atuaram como incentivadores do golpe, como o jornal carioca *Correio da Manhã*, com chamadas do tipo “O Brasil já sofreu demasiado com esse governo! Agora basta!” (2014, p. 32).

De acordo com o autor, mesmo depois de deposto, revistas como *O Cruzeiro* e *Time Life* ainda acusaram Jango de corrupção, porém nada foi comprovado. A imprensa elaborou manchetes afirmando que a ditadura só começou em 1968, com o endurecimento do governo, o fechamento do Congresso e a censura aos meios de comunicação. Observa-se, no entanto, o apoio total da imprensa ao golpe, quando, no dia 31 de março de 1964, as tropas marchavam de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro e o *Jornal do Brasil* apoiava os militares ao dizer que “não pode ter mais amparo legal quem, no exercício da Presidência da República (...) comparece numa reunião de sargentos para pronunciar discursos altamente demagógicos e de incitamento à divisão das Forças Armadas” (SILVA, 2014, p. 36). Em março de 1964, o jornal *O Globo* escreveu: “Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada” (SILVA, 2014, p.38).

O Globo, em editorial de 2 de abril de 1964, explorava o pior do lirismo nacional com seu estilo servil: “Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei, a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes aos seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições (...). Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor (SILVA, 2014, p. 39).

Para Alzira Abreu (2004), a imprensa foi uma das responsáveis pela propaganda da existência de amplo apoio ao comunismo, no governo de João Goulart, e isso foi utilizado como uma das principais justificativas para a derrubada do governo. Além disso, divulgou a ideia de um caos administrativo e participou do ideário de que para o restabelecimento da ordem era necessária uma intervenção militar. No entanto, como já vimos acima, isso foi também reflexo dos ideais de intervenção dos Estados Unidos no país, como evidenciava a mídia estrangeira.

Segundo Abreu, no início, os jornais ainda abriam espaço para defender os preceitos formais do regime democrático, e deram voz a discursos favoráveis à preservação da democracia e obediência à constituição, como, por exemplo, quando a posse de João Goulart foi vetada. Jornais se mobilizaram para apoiar a sua subida ao governo. No entanto,

como ela diz, “quando se intensificou a mobilização ideológica, quando o governo de Goulart se aproximou de grupos radicais de esquerda, quando a crise econômica se aprofundou, os jornais foram mudando o discurso” (ABREU, 2004, p. 12). Ela relaciona essa atitude da imprensa ao fato que, nos anos 1960, a imprensa conheceu o apogeu do jornalismo político.

No entanto, mais uma justificativa para o apoio da imprensa a alguns governos e a retirada de apoio a outros, foi o fato de que precisavam de dinheiro para manter seus jornais circulando. Segundo ela, o jornal *O Diário de Notícias* obteve apoio do governo enquanto João Goulart estava no poder, portanto, sempre foi a seu favor.

Ela afirma que a Revolta dos Sargentos (2/9/1963) pode ter sido a ruptura da imprensa com o governo de Jango, iniciando, a partir daí, “o afastamento e críticas sobre o governo, pois permitiu o surgimento de um clima de instabilidade política e econômica no país” (ABREU, 2004, p. 16). A explicação que a autora dá sobre a mudança repentina da imprensa em um curto espaço de tempo, entre agosto de 1961 e final de 1963, tem a ver com a relação direta entre o comício que Goulart realizou e o comunismo, principalmente por parte da imprensa, políticos, Igreja e empresários. Essa relação teve como resposta a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Além disso, a Revolta dos Marinheiros foi interpretada como início da revolução comunista no país. “Jornais que até então defendiam a manutenção do regime constitucional, agora, claramente, começam a pedir intervenção das Forças Armadas para o restabelecimento da hierarquia militar” (ABREU, 2004, p. 19).

Assim, em março de 1964, a imprensa atuou em favor do regime constitucional, mas diante das primeiras medidas de repressão, como a censura aos meios de comunicação e o início da perseguição a líderes políticos, alguns jornais, que apoiaram a queda do governo Goulart e a instauração do governo militar, começaram imediatamente a se distanciar do governo e denunciar arbitrariedades. Esse foi o caso do *Correio da Manhã*. (ABREU, 2004, p. 20).

Portanto, a mídia foi de fundamental importância no enquadramento do olhar do público sobre o que estava acontecendo e na determinação da agenda social naquele momento. A autora divide a relação da imprensa com o governo de Goulart em várias etapas: defesa de sua posse, em 1961; voto de confiança até a Revolta dos Sargentos em Brasília, em setembro de 1963, com a suposta quebra da disciplina militar acobertada pelo presidente da República; oposição cada vez mais aberta a partir daí; apoio ao golpe e, em alguns casos, arrependimento com a evolução da ditadura. Segundo ela, alguns jornais

mantiveram a coerência reacionária. “*O Globo, O Estado de São Paulo e a Tribuna da Imprensa* foram contra a posse de Jango em 1961, a favor do golpe em 1964 e defensores do regime a partir daí.” (ABREU, 2004, p. 60).

De acordo com André Bonsanto Dias (2014), o período marcado pelo regime militar, entre os anos de 1964 a 1985, foi um momento em que a imprensa sofreu grandes transformações tanto em nível profissional quanto mercadológico, recebendo grandes investimentos. Esse momento foi marcado pela forte modernização da imprensa, tornando o jornalismo mais técnico e privilegiando mais a notícia e informação do que as iniciativas pessoais dos donos dos jornais. Assim, ele afirma que essa modernização foi possível, em grande parte, devido ao apoio das empresas ao regime, que se beneficiaram com o golpe e a situação econômica que o país vivia nesta época.

Carlos Castello Callado, um dos colunistas mais conhecidos dos tempos do regime militar, foi um dos jornalistas que influenciaram o golpe. Segundo Juremir Silva (2014), Callado era tido como um apoiador do golpe, um intelectual que adotou e praticou difamações sobre João Goulart, que desvirtuou os ideais da reforma política de Jango em uma iniciativa comunista.

Em duas dezenas de páginas, Antonio Callado cita três vezes o defeito da perna de Jango, atribuindo-lhe, por causa disso, complexos, maldades, vinganças. Numa delas, estabelece uma relação maldosa sem o menor fundamento, salvo o desejo de ser perverso e de usar a palavra como arma letal. O estilo jornalístico udenista-lacerdista explora limitações físicas como falhas de caráter e de vontade. Tudo isso hoje tem nome: campanha de desqualificação pela mídia. (SILVA, 2014, p. 73).

Dessa forma, a mídia ajudou a construir um imaginário favorável ao golpe. Segundo Juremir Silva (2014), a mídia disse sim três vezes: antes, durante e depois do golpe. De acordo com o autor, havia duas categorias de jornalistas naquele momento: os jornalistas mal-informados, que apoiaram o golpe sem suspeitar da ditadura que viria, e os conscientes e engajados. “Ambos nocivos e responsáveis pelo que fizeram. Jornais e jornalistas acostumaram-se a destruir reputações em manchetes, quando, muitas vezes, preferiam o silêncio ou a repetição do erro até que se tornasse verdade” (SILVA, 2014, p. 96).

A mídia, em relação ao golpe de 1964, não descreveu o ocorrido, mas narrou o que ajudou a ocorrer dando-se o papel discreto de narrador onisciente. Sabia de tudo. Não explicava como tinha tantas informações. Manipulava os personagens. Pretendia estar somente dando-lhes voz e descrevendo o que viviam naqueles tempos de ebulição, de desencontros e de conflitos mortais (SILVA, 2014, p. 149).

Assim, grande parte da classe média brasileira foi influenciada pela imprensa, pelas elites preocupadas com os próprios interesses e pela propaganda americana por meio de organismos como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ações Democráticas (IBAD). A religiosidade foi utilizada para alertar contra um perigo comunista. A mídia não se importou em levar essa informação ao ponto máximo.

Assim, ao mesmo tempo em que os governos militares financiaram a modernização dos meios de comunicação no país, eles acabaram por controlar e censurar a imprensa, interferindo no conteúdo das informações e também naquilo que devia ou não ser esquecido e lembrado. Ainda nos primeiros anos da Ditadura Militar, a imprensa era relativamente autônoma em relação aos “anos de chumbo” que estavam por vir. No entanto, logo a linha dura ganhava mais espaço no governo. Mas, foi a partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional número cinco, AI-5, que o Brasil enfrentou os extremos da repressão. O governo apoiava-se na doutrina da “segurança nacional”, segundo a qual os militares deveriam defender a nação das ameaças internas. As Forças Armadas e Policiais se viram no direito de reprimir os opositores do regime.

O decreto do AI-5 foi um marco no Regime Militar. A imprensa, que até então gozava de relativa autonomia, surpreendeu-se com os rígidos mecanismos de repressão do governo. Toda essa violência era com o intuito de que a imprensa não falasse sobre a política interna e não abrisse espaço para que a sociedade fosse contra o poder que estava sendo instalado no Brasil.

Por outro lado, a imprensa não deixou de ser uma instância de poder e formadora de opinião, pois também era utilizada pelo governo para que disseminasse suas ideias e construísse o regime militar como uma solução para o Brasil naquele momento. Assim, apesar de ter sido restringida durante essa época, a imprensa continuou com seu papel importante, com seu lugar de poder e como construtora de “verdades” diante da sociedade.

3. MENINGITE: A DOENÇA DA DESINFORMAÇÃO NA DITADURA BRASILEIRA

Dois grandes ciclos epidêmicos ocorreram em São Paulo e em outras grandes capitais brasileiras, como o Rio de Janeiro, na década de 1970. Portanto, foi na primeira metade da década de 1970 que a meningite explodiu no Brasil. O país vivia o período mais violento da ditadura, passando pelo auge da tortura e da censura. Nessa época o governo era

comandado pelo general Emílio Garrastazu Médici. A epidemia de meningite surgida em São Paulo, na década de 1970, nos faz refletir sobre o quanto a saúde está relacionada e até dependente de fatores externos importantes, como a política.

Na época, “a doença foi considerada questão de segurança nacional e os meios de comunicação colocados sob censura” (BARATA, 1988, p.9), pois o Brasil vivia a época do “milagre econômico” e a divulgação de uma epidemia não ia ser bem vista. Dessa forma, ao realizar um resgate histórico dessa epidemia, podemos perceber que a forma como a doença foi tratada mudou ao longo dos anos (1971 para 1974) e é ainda mais perceptível se compararmos à cobertura feita hoje em dia, em que há um esclarecimento da ciência e da medicina quanto às doenças e uma grande cobertura midiática que tenta, na maioria das vezes, levar o conhecimento do que está ocorrendo, do que é a doença e como a população deve se prevenir.

De acordo com Rita de Cássia Barata (1988), uma parte considerável da população naquela época vivia em condições miseráveis na periferia de São Paulo, o que favoreceu bastante para a instalação e proliferação da meningite. No momento, havia intensa exploração do trabalho e os salários eram miseráveis, inferindo num processo de desgaste do trabalhador e, conseqüentemente, dos seus familiares, o que também irá refletir num maior risco de adoecer, constituindo, assim, um terreno propício para o crescimento da epidemia.

Dessa forma, “o aparecimento da epidemia certamente está ligado a esse quadro em que se somam pobreza, crescimento desordenado e intensa exploração da força de trabalho” (BARATA, 1988, p. 35). Assim, em sua pesquisa, Barata (1988) confirma que, apesar da epidemia atingir todas as áreas da cidade, são as áreas mais pobres, representadas pelos distritos e subdistritos da periferia, que apresentam riscos mais altos da incidência da doença comparados com as áreas central e intermediária da cidade.

No entanto, o que se pode observar num primeiro mapeamento, pré-análise, dos jornais utilizados para esta pesquisa, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, foi que a cobertura jornalística ao longo do ano de 1971 apresenta baixa recorrência de pautas sobre a meningite, além de revelar pouco esclarecimento em relação à doença naquele momento.

De modo geral, os textos dessas reportagens são construídos com enunciados que indicam incerteza em relação ao diagnóstico da doença naquela época. Em “*Doença que matou dez crianças desafia medicina em Cantagalo*” (02/08/71), reportagem de *O Globo*, é possível perceber certa falta de conhecimento sobre a doença, tanto da medicina quanto da

população, que a comparavam a uma simples gripe, ou ainda, cogitava-se a relação entre a doença que estava se alastrando com uma “tristeza profunda nas galinhas”, que seria a causa de morte das aves. Nessa matéria, no entanto, já aparece a rotulação “meningite” em referência à enfermidade. Mas é possível encontrar outras palavras relacionadas à doença, tais como “vírus”, “mal”, “contagioso”, “surto”. As informações relatadas no texto jornalístico reforçam o cenário de incertezas em relação à natureza da doença e, também, sua gravidade e alcance, a exemplo da interjeição proposta no intertítulo “Epidemia, não!”.

4. UMA BREVE ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DOS JORNAIS DURANTE O ÁPICE DA EPIDEMIA DE MENINGITE (1974)

Em 1974, quando acontecia o ápice da doença, os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* ampliaram a cobertura sobre a epidemia de meningite e o conteúdo jornalístico esteve focado, principalmente, em números que indicavam a quantidade de mortes e internamentos, seja no título ou no corpo do texto.

Importante observar também que, em 1974, não há ainda uma preocupação com a medicina preventiva, em informar à população a causa da meningite, o que é a doença, como é transmitida e como evitá-la. Esses jornais, de maior circulação nacional, estavam preocupados em informações estruturais sobre a doença, como a identificação dos hospitais que estavam mais lotados, os índices de mortes, como fariam para a vacina chegar ao Brasil e qual a quantidade que seria distribuída para a população.

Portanto, diante do mapeamento feito nos dois jornais, há forte evidência que, durante a época da ditadura militar brasileira, houve um silenciamento por parte da mídia sobre a epidemia de meningite que se alastrava rapidamente pelas principais capitais na época, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. O provável silêncio impediu que ações adequadas fossem adotadas no momento do surgimento da doença, como medidas preventivas, vacinações, informações para não gerar pânico na população, entre outros fatores.

No entanto, mostraremos como a imprensa – representada, aqui, pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* construiu sua imagem como instância de poder e de lugar de representação da sociedade diante da epidemia. Assim, o comportamento da imprensa, no início, foi de silenciar, e, mais tarde, em 1974, de se colocar ao lado da população, denunciando omissões e tomando o lugar de baluarte da defesa da saúde.

G 1: “A Rede Globo colabora: “A Rede Globo começou a distribuir ontem, à população de São Paulo, **folheto explicativo de como se deve agir para evitar a propagação do surto de meningite**, contendo também as causas mais comuns de contágio. Integrada na comunidade que faz parte, a Rede Globo **vive todos os problemas do povo de SP como se fossem seus, conscientes de sua responsabilidade social**. “Enfrentar comunitariamente um problema é a melhor maneira de resguardar os interesses da comunidade. Pela televisão, de maneira adequada, vem a Rede Globo alertando o povo paulista sobre como agir, **em colaboração com as autoridades médicas, para debelar o atual surto de meningite**” (28/07/74, p. 5)

G 2: “Um surto da doença, como o atual, de meningite, que atinge em maior ou menor grau alguns Estados, **deve ter suas manifestações e conseqüências acompanhadas pelos órgãos de comunicação social**, com uma dupla preocupação: fornecer dados fiéis da realidade, acompanhados dos conselhos pertinentes à profilaxia da doença, e cuidar de **afastar das notícias o tom emocional e alarmista capaz de somar aos dissabores dos perigos sociais do pânico coletivo. Também se justifica o silêncio**. Pelo contrário: é dever dos órgãos oficiais associar às palavras tranquilizadoras informações sérias, objetivas e coerentes sobre a marcha da doença, de modo a propiciar ao público em geral a adoção das medidas preventivas que concorram com a breve superação da epidemia e confiança nas providências tomadas pelo governo. **O silêncio não cura, nem previne**” (28/07/74, p. 5)

Em (G1), o discurso da Rede Globo sobre si enfatiza a sua importância em colaborar para o fim da meningite. Ao explicar que a Rede Globo distribuiu folhetos explicativos de “como se deve agir” para evitar a propagação da doença, este discurso é transferido da voz autorizada, que seriam médicos ou profissionais de saúde, para a mídia. Portanto, aponta que a mídia está no mesmo patamar que as outras autoridades, se autodenominando uma. Além disso, a responsabilidade que deveria ser do governo e dos órgãos estatais é passada para a mídia – ou tomada por ela - pois ela será autorizada a ensinar a população como agir diante da epidemia.

Na frase “vive todos os problemas de São Paulo como se fossem seus”, o discurso sugere que a Rede Globo se coloca ao lado da população que está passando por aquele caos, afirmando que todos os problemas da cidade são também seus, mesmo havendo uma relativização quando utiliza “como se fossem”, apontando para um discurso que apresenta que os problemas não são da Rede Globo, mas é como se fossem. Porém, a posição sujeito da Rede Globo, neste momento, não é contra o governo ou a classe médica. Ela se coloca,

claramente, ao final do texto, ao lado dos médicos, aparecendo ali como um apoio à causa (combate à meningite).

Em (G2), o discurso do jornal *O Globo* aparece, mais uma vez, destacando o papel da mídia neste momento. O verbo “acompanha”, referindo-se ao seu papel (e da mídia em geral) diante às manifestações e consequências da doença, sugere que a mídia deve estar presente nas decisões, nos debates e em qualquer situação que a doença seja o foco da discussão, colocando-se num lugar de importância.

Na segunda frase destacada, o jornal coloca, claramente, sua intenção ao elaborar as notícias sobre a epidemia, numa posição a favor do governo, quando destaca que tem preocupação em afastar o tom alarmista. Porém, parece mudar ao final da frase, quando diz “Tampouco se justifica o silêncio”. Aqui, neste momento, o jornal muda de posição e passa um efeito de sentido de denunciar um possível silêncio das autoridades sobre a doença. Reafirma esta postura no final, com a frase “O silêncio não cura, nem previne”.

F 4: “A esta altura é razoável supor que a maioria dos habitantes de São Paulo esteja conscientizado das ameaças que a ronda, **graças ao trabalho esclarecedor da imprensa, que denunciou a existência do surto epidêmico de meningite, mesmo quando as autoridades procuravam negá-lo**” (25/7/74, p. 15)

F 5: “Os jornais- como já vem fazendo- **dispõe a colaborar com as autoridades, sem alarmismo, mas sem escapismo no trabalho de esclarecimento da população.** No rádio e TV, pela sua capacidade de penetração, podem ser de extrema utilidade na tarefa” (25/7/74, p. 15)

F 6: “E por que no Brasil os doentes estão procurando imediatamente o médico? **A única razão aparente é a conscientização do perigo feita pelos meios de comunicação**” (30/7/74, p. 3)

F 7: “Respondemos nós que se uma vida foi salva pelo tratamento precoce- e os índices revelam que muitos foram- até mesmo o excesso de noticiário estariam justificados. **A ignorância é pior que a meningite**” (30/7/74, p. 3)

F 8: “**Folha de S. Paulo orgulha-se de ter iniciado a tarefa de alertar o público eminente**” (30/7/74, p. 3)

F 9: “Nos EUA sabiam-se do surto no Brasil, mas ignorava-se qual o tipo e quais os bacilos responsáveis. **Coube à Folha dar as informações necessárias.** Então, o Exército dos EUA, prontificou-

se a ceder 200.000 doses e outro 100.000, gratuitamente, para ajudar combater a doença” (30/7/74, p. 3)

No enunciado (F 4) aparece a *Folha de S. Paulo* em um discurso sobre si. O discurso de importância que o jornal dá a seu trabalho – enquanto imprensa – é apontado em “graças ao trabalho esclarecedor”. Neste momento, o jornal se coloca num papel fundamental de esclarecer o que está acontecendo. O verbo “denunciar” relacionado à epidemia dá a possibilidade de interpretar o jornal como “herói”, que ele foi responsável por delatar para a sociedade a doença, pois ela estava sendo abafada e o periódico a externou para a população.

Em (F 5), no entanto, a *Folha* se coloca numa posição-sujeito a favor do governo, utilizando o verbo “colaborar” relacionado às autoridades, apontando para um trabalho em conjunto entre a imprensa e o governo. No entanto, com ressalvas. Ao continuar a frase, o jornal utiliza a conjunção “mas”, apontando para ideias que se contrastam. Portanto, ao colocar que dispõe a colaborar com o governo, afirma que tem como objetivo principal esclarecer a população. Esse discurso dá a possibilidade de entender que, se a parceria com o governo restringir o seu objetivo do esclarecimento, essa colaboração pode ser quebrada.

Mais uma vez a importância da mídia é destacada. Em (F 6) a relação da “procura por médicos” e a “conscientização” é conectada pelos meios de comunicação. Portanto, o discurso leva a entender que essa atitude da mídia (de conscientizar) está salvando vidas e evitando que pessoas morram, pois é, através dessa postura fundamental que as pessoas estão entendendo a necessidade de procurar os médicos e, portanto, sendo diagnosticadas com antecedência e evitando que a doença piore.

Mais um discurso (F 7) denunciando o silenciamento da época aparece aqui, interpretado como algo ruim e que a mídia está combatendo. “A ignorância é pior que a meningite”, reforça essa postura que a mídia e o jornal vêm construindo sobre si. Ao colocar que a ignorância é pior que a meningite, aponta que a doença é consequência da ignorância e, portanto, esta é pior que aquela. Assim, o jornal aparece para combater aquilo que é pior que a epidemia de meningite: a falta de informação. Assim, neste momento, o jornal se coloca numa posição-sujeito contra o governo e as autoridades.

Em (F 8), mais um discurso de glória. O verbo “orgulhar-se”, que aparece fazendo referência à *Folha de S. Paulo* sobre a questão da meningite, aponta para o jornal numa posição mais importante que o governo, já que foi o periódico que alertou o público sobre a meningite. No entanto, espera-se que essa atitude venha das autoridades governamentais.

Portanto, o jornal se iguala na mesma importância que os órgãos governamentais diante uma epidemia. Essa interpretação serve também para o próximo enunciado (F 9), em que a *Folha* toma para si a responsabilidade de ter passado as informações fundamentais e se coloca, mais uma vez, numa posição acima dos poderes governamentais.

CONCLUSÃO

Observamos que a mídia, apesar de estar passando por um momento de retaliação e repressão durante a ditadura, não se calou diante da explosão da doença, em 1974. Ela, nitidamente, muda de posição do início da epidemia, em 1971, para o ápice, em 1974, já que no início ela reproduzia a pouca informação passada pelos médicos, governo e instâncias da saúde, aumentando o silenciamento da doença e contribuindo para a sua disseminação. Porém, em 1974, fica claro como a imprensa se coloca como instância de saber-poder e como responsável por sanar o déficit de informação do governo e também da medicina diante da epidemia; ela, portanto, se apresenta como responsável por informar uma população que, na visão dela, estava sendo enganada e pouco informada sobre o que estava acontecendo. Acreditamos, portanto, que a mídia se vê com essa função de porta-voz da sociedade e também com o papel de informar ao público, que pouco - ou nada - sabe, principalmente em casos de alarme, como é uma epidemia.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. A atuação da imprensa na queda do governo João Goulart. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Comunicação, Acontecimento e Memória** (org). São Paulo: Intercom, 2005. P. 13-21

BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Meningite: uma doença sob censura?** São Paulo: Cortez, 1988

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?**. In: XXVII Congresso da Intercom no Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 17ª edição, 2004, Porto Alegre (RS): PUC-RS e Intercom, 2004. Disponível em: < <http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf>>. Acessado em: 17 de maio de 2015

BERGER, Christa. Proliferação da memória- a questão do reavivamento do passado na imprensa. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Comunicação, Acontecimento e Memória** (org). São Paulo: Intercom, 2005. P. 60-69

DIAS, André Bonsanto. **O Presente da Memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”**. Jundiaí: Paco Editorial: 2014. 232 p
DIAS, André Bonsanto. **O Presente da Memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”**. Jundiaí: Paco Editorial: 2014. 232 p

HOHLFELDT, Antonio. Comunicação, sociedade e memória: o que a censura nos tira mais? In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Comunicação, Acontecimento e Memória** (org). São Paulo: Intercom, 2005. P. 37- 49

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, São Paulo, 1993. V. 10, p.9-53. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 23 de julho de 2015

RÊGO, Ana Regina. **Jornalismo e Memória**: entre o tempo e a ética. In: 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), 2012. Curitiba (PR): Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em: <<http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1784/118>>. Acessado em: 17 de maio de 2015

SILVA, Juremir Machado. **1964. Golpe midiático- civil- militar**. Porto Alegre: Sulina, 5ª ed., 2014

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para a teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
Le goff??